

Ata da 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: 03/05/2024 10h às 12h

Local: remota via Microsoft Teams

Pauta:

- Votação nova logo do Pró-Gestão, conforme modelos enviados previamente.
- Proposta de data para a primeira reunião presencial da comissão a ser realizada, na sede do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social em Brasília.
- Debates sobre a viabilidade de criação da pré-certificação para atender os entes de pequeno porte.

DESENVOLVIMENTO: Verificada a presença dos membros relacionados abaixo, o Coordenador da Comissão Daniel Belmiro deu início a reunião, colocando em pauta a votação para escolha do selo Pro-Gestão dentre os dez modelos enviados previamente. Registrado o vencedor com devidos ajustes solicitados pelos membros, o coordenador Daniel ressaltou a importância da construção coletiva no âmbito da comissão para que seja definido em conjunto os passos com engajamento de todas as instituições que vão atuar no Pró-gestão. Deu prosseguimento com o segundo item da pauta ressaltando a importância de a comissão fazer uma primeira reunião presencial, pois, ainda que as reuniões remotas sejam eficientes é importante que a comissão se reúna pelo menos uma vez por semestre para que se possa ter o período todo dedicado aos temas voltados para a certificação. Foi proposto o período de dezenove a vinte e um de junho do corrente na cidade de Brasília, oportunidade em que serão tratados todo o planejamento e cronograma das ações que serão realizadas durante o ano de dois mil e vinte e quatro, tendo como foco a ampliação da quantidade de entes federativos certificados que permita superar a meta do PPA 2024/2027. Com a concordância de todos, Daniel seguiu para o próximo item da pauta que julgou ser importante iniciar desde já as discussões, por se tratar de possível nova modalidade de

certificação que visa um nível antes do primeiro nível atual, Nível I, para que possamos estimular mais os entes de pequeno porte a fazerem a certificação e assim alcançarem boas práticas de governança e gestão previdenciárias e facilitarem a emissão do CRP administrativo, considerando que grande parte das ações estão diretamente voltadas para as obrigações do ente junto ao CRP. Ressaltou a importância do Pró-Gestão e o papel da Comissão em auxiliar os entes de pequeno porte a obterem a certificação ainda que seja em nível menor, como um degrau para que eles consigam se preparar e chegar aos outros níveis, já que aqueles que certificam em sua grande maioria perseguem essa trilha para se manterem certificados ou mesmo alçar níveis maiores dependendo do porte. Destacou a importância de se discutir como será feito, por meio das certificadoras credenciadas, ou seria possível por meio de parcerias MPS, Tribunais de contas e associações de RPPS? e abriu a palavra para que os membros coloquem suas ideias acerca do tema. Marcos Silva TCE-RJ deu início colocando que acredita que o tribunal tenha capilaridade para atender essa demanda, o problema seria a organização, como seria construído, considerando também que os tribunais não têm condições de fazerem sozinhos em razão de não haver pessoal treinado, que tenha conhecimento amplo do manual, o que poderia ser feito, inserindo na programação a capacitação prévia dos técnicos que estariam envolvidos no projeto. Acha importante também identificar os RPPS que estariam elegíveis a fazer a pré-certificação e os que fizeram a adesão, mas ainda não certificaram e buscar as suas principais dificuldades, fazer o diagnóstico desses entes. Daniel ressaltou a importância do apoio técnico dos tribunais e considera importante fazer o diagnóstico iniciando pelos entes que aderiram e não certificaram. Em seguida a Silvana-APEPREV colocou que a associação tem projeto de reunir os RPPS do Paraná, também com o apoio do tribunal de contas que está também bastante engajado em auxiliar nesse processo e veem muito interesse dos entes em certificar no Pró-Gestão. Daniel esclareceu que iremos catalogar as propostas para uma análise mais acurada e passou a palavra para o Gustavo Neves que esclareceu que entende que para parceria com o TCE terá de ser por meio de Acordo de cooperação Técnica e acredita ainda que será difícil conseguir equipe do tribunal que se disponha a integrar o projeto até mesmo pelo desconhecimento da área. Acredita também que a equipe técnica do ministério também não teria condições dada a demanda dos membros em suas coordenações e também no Pró-Gestão, prosseguindo, acha importante o fomento pelas associações e as oficinas a exemplo do vem sendo feito pela Marcia em parceria com a AGIP, mas não fazer a certificação por conta de potencial conflito de interesses, inclusive em relação ao Ministério, pela relação que se cria também entre os gestores e técnicos do

ministério e portanto, discorda da possibilidade de as associações fazerem a pré-certificação. Marcia lembrou que o ministério já possui acordo de cooperação técnica com os tribunais, talvez fosse o caso, havendo a necessidade, de incluir novos termos, sugeriu ainda que a pré-certificação seja feita pelas entidades certificadoras que já são credenciadas pela comissão, acreditadas pelo inmetro, dentre outros requisitos e possuem auditores qualificados para a missão, cujos currículos são avaliados previamente pela comissão. Sugeriu que fosse criada uma certificação inicial, antes do nível I, baseando-se no manual existente, contemplando menos ações a serem cumpridas, focando naquelas mais voltadas para as obrigações do ente para alcance do CRP administrativo, ficaria inclusive menos oneroso para o ente considerando que o valor está vinculado ao nível, poderia também ser feito de forma remota como aconteceu na pandemia para os entes de pequeno porte que pretendiam ser certificados no nível I, o que também diminuiria o custo, pois o deslocamento do auditor interfere no valor da certificação, ou ainda, havendo o auxílio das associações no tocante a divulgação e orientações acerca das ações a serem cumpridas, poderia ser presencial com vários entes próximos, o que também diminuiria o custo. Gustavo Neves retomou a palavra colocando a dificuldade de interpretar o manual que já é bem simples, Daniel Belmiro refutou colocando que a orientação do manual pode ser facilitado aproveitando as oportunidades que há com a tecnologia, fazendo uso de vídeos educativos que podem ser produzidos por nós mesmos, embora as dificuldades que temos com as atividades diárias, podemos ser disseminadores do conhecimento, podemos em parceria com as associações construir esse material de forma didática e que facilite o entendimento. Nós não temos condições de fazer todas as ações presenciais, mas podemos deixar material construído pronto para ser acessado a qualquer momento. Esclareceu ainda que não há necessidade de ACT pois já temos representantes dos tribunais na Comissão e, portanto, já temos os tribunais representados no projeto, podemos pensar nisso, mas entende que não haveria necessidade. Daniel colocou ainda que entende as preocupações, mas nesse momento estamos construindo e avaliando como faremos o processo. Em seguida a palavra foi dada para Silvia representante do estado de Pernambuco que entende que a pré-certificação poderá ser um grande passo para que o ente chegue a certificação inicial ou outro nível que esteja qualificado, mas entende que deveria ser iniciado por um processo de consultoria e apoio para identificar o nível o qual eles possam se encaixar, fazendo pesquisas em que os entes selecionem o que já tem e não tem para que sejam identificados os pontos em que podem evoluir para chegar na certificação, acha interessante a ideia das estratégias de tecnologia para auxiliar no conhecimento das ações a serem cumpridas

tirando dúvidas acerca das ações. Quanto ao envolvimento da comissão, haja válido que a comissão possa fazer a avaliação remota dos itens a serem alcançados pelos entes, mas não necessariamente a certificação já que seria apenas uma consultoria para que o ente chegue na certificação e sugere fazer um questionário on-line poderia ser identificado o que falta para o ente alcançar a certificação. Daniel achou bem pertinente e comentou que se estamos falando de pré-certificação e não certificação, que podemos pensar em dar esse apoio para que os entes sejam preparados para a certificação e chegando lá, com certeza eles seguirão para a certificação. Silvia colocou que é a oportunidade de dirimir as dúvidas e partir do diagnóstico trabalhar aqueles entes que estiverem mais perto de chegar na certificação, estimular mostrando o que falta para chegar lá. Gustavo Neves comentou que esse modelo já é utilizado, a exemplo do que foi feito com o governo do Mato Grosso do Sul, ele e Marcia estiveram lá verificando o que já tinham e o que faltava para chegarem a certificação. Marcia comentou que está fazendo também a mesma ação com o Estado do Ceará de forma remota, tirando as dúvidas pontualmente. Daniel comentou que a ideia é ter um processo com essas ações e conseguir aumentar o quantitativo de adesões e certificações e comparou com o que é feito para o ente chegar ao CRP administrativo, é feito uma trilha para que o ente chegue ao CRP e aos poucos ele vai regularizando os critérios até afastar todas as irregularidades. Em seguida passou a palavra para Lea ASPREVPB que colocou que a pré-certificação poderia ser um custo a mais para o ente, e que muitos entes não têm sequer taxa de administração. Na Paraíba fez o primeiro seminário técnico do Pró-Gestão e se surpreendeu com a participação, foi gratuito e está tendo bons resultados pois a grande maioria se animou e percebeu que tem condições de chegar no nível I. Mantém o contato e acompanhamento por meio de um plano de ação que criou e permanece apoiando esses entes que participaram. Se as associações se engajarem nesse processo poderá trazer bons resultados. Lea colocou a dificuldade de se manter os conselhos, pois a grande maioria tem dificuldade para criar os conselhos, principalmente segregar. Acha muito complicado atrelar o conselho ao processo seletivo por conta das questões políticas, esse tipo de seleção não é aceito, quase todos são por indicação. Se preocupa ainda que a certificação sendo feita por entidade certificadora haverá custo, e os entes têm dificuldade com taxa de administração, mas entende a necessidade de se fazer e é importante o apoio. Daniel compartilhou a preocupação em relação aos conselhos que nesse caso é estrutural e não conseguimos interferir, e precisamos pensar em algo que possa ter menos exigências. As questões políticas são complicadas, mas o indicado deverá ser qualificado para atender as normas legais e colocou a preocupação com alguns entes que não estão renovando a

certificação e passou a palavra para Rosana, reafirmando que todas as ponderações serão registradas para discussão e avaliação. A Rosana ressaltou a importância do Pro-Gestão e que para iniciarmos um novo processo precisamos responder algumas perguntas tais como o que pretendemos alcançar, por que as adesões estão caindo, pode haver questões políticas, mas se formos buscar caminhos que não onerem o ente é preciso buscar mais parcerias. Precisamos definir o norte, vamos buscar a pré-certificação ou vamos nos empenhar em aumentar a adesão. Já que se trata de uma pré-certificação seria interessante buscar meios sem custo pelas associações e envolvendo os tribunais de contas. Daniel reafirmou a importância de se fazer um diagnóstico por meio de pesquisa ampla com perguntas a serem respondidas, para que seja possível identificar os motivos da baixa na adesão. Prosseguindo, a Daniela relatou que pela experiência nesses anos se dedicando ao Pro-Gestão, entende que o grande problema é a vontade política e se não houver o apoio do ente, principalmente nos pequenos, não conseguem ir adiante até por conta das ações que dependem da prefeitura e esse é um ponto que ainda que altere o manual ou crie níveis, não será possível modificar. Lembrou que quando surgiu a ideia no Conaprev, o secretário se viu incomodado com a adesão sem certificação e aí surgiu a ideia de um nível menor. Citou que no Amazonas apenas Manaus e o estado têm CRP administrativo e que os RPPS são muito desestruturados e não são qualificados, eles têm tentado junto com o tribunal de contas do estado mudar essa realidade, mas tem tido muita dificuldade. A parceria com os TCEs é muito importante para começar a plantar a semente do Pro-Gestão. O Amazonas não tem associação, mas eles tentam fazer eventos, porém os entes têm dificuldade de logística para chegar, há entes que levam sete dias de barco para chegar na capital e a alternativa é ir de avião com passagens a preços surreais. Concorda que pode haver conflito de interesses se a certificação for feita pelas associações, pensa que a pré-certificação deveria ser mais um diagnóstico que o ente possa identificar o que já tem, mas entende que prestar consultoria para os entes não teremos condições. Citou ainda que tem entes que contratam consultoria para fazer tudo e não se envolvem e depois têm dificuldade de renovar por não entender o processo, mas para isso foi incluído no manual que a entidade certificadora deve averiguar se os servidores têm conhecimento dos processos que envolvem as ações do Pro-Gestão, então essa alteração deve passar a surtir efeito nas próximas certificações. Acredita que as alterações políticas também contribuem para não prosseguimentos na certificação de alguns. Daniel comentou que podemos seguir resolvendo cada questão por vez para que possamos seguir evoluindo e que para nossa meta de ampliação da certificação precisamos de outras estratégias, como por exemplo

entender que teremos duas trilhas a seguir, uma preparatória e um nível de pré-certificação, avaliando se será importante mesmo incluir novo nível de certificação dado o custo se comparado com os benefícios. Essas avaliações devem ser levadas em conta na preparação do plano de ação do Pro-gestão e precisamos trabalhar a qualificação com comunicação. Dando continuidade, o Gustavo Starling comentou que é importante especificar o público-alvo, com quem vamos trabalhar, os que aderiram e não certificaram? Entende também que não cabe ao ministério certificar por potencial conflito de interesses, é preciso definir o manual, fazer um preparatório como o Daniel Belmiro comentou e concorda com a Lea sobre a dificuldade vivida no norte e nordeste, é preciso pensar em um modelo para esses entes e talvez outra frente poderia ser o preparatório usando os meios de comunicação e tecnologia para ficar disponível para todos, além da possibilidade de certificação com menos ações, em nível menor para diminuição de custos com a certificadora. Daniel Belmiro reafirmou que não podemos esquecer do objetivo maior que é aumentar o quantitativo de certificações. Daniel Kravetz Estado do Paraná entende que a pré-certificação poderia ser o caminho, mas o nome não parece apropriado, é preciso saber quem vai fazer, não seria a associação, o tribunal e nem a comissão assim como o ministério não têm condições de assumir, mas acredita que um manual com menos ações poderá atender e tornar menos oneroso se for feito por entidade certificadora. Seria interessante focar nos entes que já manifestaram interesse por meio da adesão, tem RPPS que não tem estrutura nenhuma o que dificulta. A comissão poderia melhorar o passo a passo, pois o que está no portal é muito extenso e as pessoas não leem, é interessante fazer vídeos. Lembrou ainda, que ano passado focaram na educação previdenciária, fizeram várias ações de estímulo mas se depararam com cursos desatualizados, oferecidos pelo próprio governo, é preciso ficar atento a isso. Marcia esclareceu que o arquivo do passo a passo no portal é grande por haver muitos modelos, mas o texto explicativo não é grande, mas acredita que vídeos irão ajudar bastante, lembrou que o passo a passo é antigo e precise ser atualizado, inclusive os modelos, dada a mudança nos itens de manualização e mapeamento. Daniel Belmiro comentou que acredita que a pré-certificação a nível de esclarecimento esteja mais alinhada a nossa estrutura de orientação do que propriamente debater sobre a possibilidade de um outro nível de certificação inferior ao nível I. A ENAP poderá auxiliar nesse processo preparatório e podemos envolver os tribunais, ministério, visando propor orientação mais acurada que o ente deverá percorrer para chegar na certificação e seguindo, Marcia fez algumas ponderações acerca dos comentários já feitos, importante primeiramente que o ente queira fazer, esteja realmente engajado na vontade de ser certificado e citou exemplos

de entes de pequeno porte de Santa Catarina que são bem pequenos e vários conseguiram fazer a certificação. Comentou ainda que a questão da segregação dos conselhos, que é uma ação do Pro-Gestão, será incluída na lei de responsabilidade previdenciária e portanto não há o que se falar em excluir essa ação que será obrigatória para fins de CRP. Quanto as certificações vencidas, temos entrado em contato com esses entes, que são poucos e nos tem sido reportado na grande maioria que estão entrando com o processo de renovação com atraso e sabemos que demanda tempo inclusive disponibilidade da entidade certificadora. Embora haja a dificuldade política, a grande maioria está buscando a renovação e outro problema é o ente não fazer o monitoramento das ações e acaba se perdendo em alguns relatórios, atrasando a renovação. Estamos monitorando esses entes e auxiliando no processo, inclusive solicitando a entidade certificadora, quando nos é reportado algum problema no cumprimento de ação, que seja dado prazo para que o ente se ajuste para não ficar prejudicado na certificação. Citou ainda que as oficinas que têm feito têm incluído parte prática onde o ente preenche um quadro com as ações que ele acredita já cumprido, ou está perto de alcançar, ou não cumpriu e ele leva para casa para reflexão, visando motivar a dar continuidade e seguir com o processo de certificação. O intuito é evidenciar principalmente as ações que estão voltadas para o cumprimento das obrigações com o CRP. Acha que seria interessante essa certificação num nível menor e que poderia ser remota para diminuir custos como foi na pandemia para os entes de pequeno porte que queriam certificar no nível I. Acha interessante a certificação com menos ações a serem cumpridas com a opção de poder se remota. Entende ainda que é muito importante as ações de comunicação, incluir novas tecnologias como vídeos explicativos para disseminar o programa e falar sobre o cumprimento das ações que ensejam na certificação. Daniel prosseguiu passando a palavra para a Leonice que colocou que entende que são necessários mais treinamentos e divulgação do Pró-Gestão, em ações mais voltadas especificamente para a certificação, principalmente voltada para os entes que já aderiram, mas ainda não certificaram, para entender quais as dificuldades enfrentadas e identificar os caminhos a seguir. Citou sua experiência nas auditorias e percebeu a dificuldade maior com o desconhecimento dos processos por parte dos servidores, problemas corriqueiros e que o pessoal ainda comete muitos erros básicos, então acredita que treinamento vai trazer o conhecimento e fará com que eles entendam o que realmente precisam fazer e muitas vezes conhecendo os processos, perceberão que podem fazer, as vezes não se engajam porque não têm o conhecimento. Colocou ainda que a experiência no Mato Grosso do Sul mostrou que os treinamentos remotos não deram muito resultado pois eles faziam o treinamento junto

com as atividades do dia a dia, quando trouxeram para o treinamento presencial, ficaram focados e deu certo porque estavam concentrados apenas naquela atividade e os treinamentos do tribunal têm funcionado muito bem e era necessário fazer esse papel orientativo para não prejudicar os beneficiários. Compartilha com todos a ideia em relação ao diagnóstico e seguir a trilha até chegar na certificação. Daniel Belmiro entende que o tribunal será um grande parceiro e será um ator relevante para dar o incremento que precisamos, em seguida passou a palavra a Regina que colocou que por ser novata achou melhor ouvir mais, porém entende a problemática jurídica e entende a importância da consultoria e eles mesmos precisaram de consultoria para cumprir as ações de manualização e mapeamento. É preciso criar a cultura da certificação, mas realmente esbarra na rotatividade nos cargos. Acredita que o ministério não terá pernas para fazer a certificação em razão das várias demandas, mas acha importante que se ache um meio de se chegar a esse objetivo. Silvia retomou a palavra e colocou que participou de um evento do Pro-gestão promovido por associação e os entes sinalizaram a dificuldade de atendimento relacionado às ações de controle interno e se coloca à disposição para auxiliar nesse sentido. Daniel Belmiro agradeceu e reafirmou a importância de conhecermos o nosso público para entendermos as dificuldades enfrentadas. Leonice comentou que um controle interno estruturado auxilia muito nas ações de fiscalização do controle externo e comentou que acredita que nem tudo se consegue fazer com auditoria remotamente, pois a experiência com auditoria remota não trouxe muita eficácia, muitas vezes a teoria é diferente da prática e é preciso ficar atento a isso pois em algumas situações no tribunal foram apresentadas situações na teoria e ao fazer a constatação na prática não estavam sendo cumpridos como deveriam. Daniel Belmiro acha importante então se fazer uma preparação que poderia ser on-line e depois algumas ações como prova, ou encontro presencial, algo que possa comprovar o conhecimento daquilo que foi ensinado, há várias estratégias pedagógicas que poderão ser aplicadas, a ideia agora não é caminhar para a solução porque seria prematuro, mas buscar meios de se chegar ao objetivo de melhorar as boas práticas de gestão dos entes federativos. Passou a palavra para Marcia e depois partir para finalização dado o adiantado da hora, Marcia colocou que apenas gostaria de registrar em 2022 foi feita pesquisa com entes certificados, solicitando que apresentassem as dificuldades que enfrentaram, inclusive algumas sugestões foram apresentadas, deliberadas e incluídas no manual na época e também com os entes que aderiram e não certificaram, esses poucos responderam e reportaram a dificuldade de cumprimento, pois acharam que eram muitas ações a serem cumpridas e que não conseguiriam. Daniel Belmiro acha importante provocar

um pouco mais e fazer nova pesquisa para buscar o diagnóstico da situação atual. Foram iniciadas os debates sobre a possibilidade de criação da pré-certificação (nome ainda a ser definido, se for o caso) e de acordo com as discussões, não será viável que seja feita certificação pelo ministério, comissão ou associações e importante ressaltar que precisamos trabalhar de uma maneira muito forte a conscientização de buscar o Pro-gestão seja por meio de orientação, construção de uma trilha, ou plano de comunicação adequado. Há muitas ferramentas e os conteúdos que precisam ser organizados para termos o preparatório para o Pró-Gestão e ainda será feita análise sobre um processo de certificação simplificado que possa ser feito pelas entidades certificadores sem muito custo, presencial ou remoto. Essas serão construídas dentro do Plano de Ação que terá a primeira versão construída pelo Daniel Belmiro que finalizou pedindo aos membros que busquem trabalhar os temas que são compartilhados no grupo de WhatsApp a fim otimizar e trazer mais dinamismo para as reuniões.

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião para iniciar os trabalhos de execução do planejamento será realizada remotamente no dia 03/05/2024 às 10h. Solicitar a equipe do design para fazer os ajustes propostos no selo Pro-Gestão aprovado. Providenciar ofício de convocação para a reunião presencial que deverá ocorrer de 19 a 21/06/2024.

ENCERRAMENTO:

Não havendo mais pronunciamento, o Coordenador Daniel deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.

Em 03 de maio de 2024

Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária-Executiva

Participaram desta reunião: Daniel Belmiro Fontes-MPS Márcia Lúcia Paes Caldas-MPS, Gustavo Alberto Starling Soares Filho – MPS; Gustavo Lopes Sinay-MPS, Charles Souza Lima-MPS, Maria Silvana Barbosa Frigo APEPREV, Daniel Kravetz-PARANAPREVIDENCIA, Marcos Ferreira Silva TCE-RJ, Lea Praxedes-ASPREEVPB, Maria Regina Ricardo Ribeirão Preto-SP, Silvia Andrea Lins Farias -Estado de Pernambuco, Marcos Ferreira Silva-TCE-RJ e Leonice Rosina-TCE-MS